



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ORAL

Agilizar a entrada em funcionamento dos restaurantes

Com a retoma da economia depois da pandemia, o turismo aumentou, e vários operadores optaram por entrar no sector da restauração. Em Janeiro, a Plataforma para Empresas e Associações lançou o serviço de agência única para o licenciamento de estabelecimentos de comidas e bebidas através da *internet*, reorganizando os procedimentos interdepartamentais e criando uma plataforma de autorização conjunta. Foi ainda criado o “regime da licença prévia de obra”, que, desde que reunidos determinados requisitos, permite a realização das obras de remodelação no dia seguinte ao da apresentação dos respectivos requerimentos, poupando-se imenso tempo em comparação com o passado, em que era necessário um mês. Isto comprova que o Governo sempre se esforçou na governação electrónica e que já conseguiu alguns resultados.

Contudo, segundo o sector da restauração, desde a apresentação do requerimento até à obtenção da licença para os restaurantes são necessários, em média, 75 dias úteis (incluindo as obras de remodelação), enquanto o Governo só precisa, em média, de 27 dias úteis para a apreciação e autorização, portanto, esta diferença de 48 dias úteis representa uma margem para melhoramento e encurtamento. Mais, neste sector é preciso contratar trabalhadores não residentes (TNR) para várias funções; neste momento, podem apresentar-se, de antemão, informações na DSAL para apreciação, mas as quotas só são autorizadas depois da



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

emissão da licença oficial dos restaurantes; e a seguir, é preciso procurar mão-de-obra, fazer entrevistas e tratar do “cartão azul”, portanto, mais dois meses até se poder começar a trabalhar. Desde as obras de remodelação, licenciamento, e recrutamento até a entrada em pleno funcionamento do restaurante, com o pessoal nos seus postos, são necessários, no mínimo, entre 4, 5 ou 6 meses. As empresas têm de suportar as rendas dum “espaço vazio”, o que implica uma enorme pressão ao nível da mobilidade de fundos.

As funções e exigências das autoridades no âmbito da autorização e fiscalização são muito importantes para assegurar o desenvolvimento saudável do mercado e proteger os interesses dos consumidores, o que é compreensível. Contudo, temos de estudar sobre como otimizar os procedimentos para aliviar a pressão das empresas e aumentar a eficiência do funcionamento do mundo comercial, reduzindo os prejuízos das empresas durante os “períodos de vazio”.

Assim, interpelo sobre o seguinte:

1. O regime de licença prévia de obra previsto no Regulamento Administrativo n.º 16/2003 limita-se às empresas com a vistoria concluída. No futuro, poderia introduzir-se um regime de “licença prévia para funcionamento experimental”, para as empresas que aguardam pela vistoria e preenchem determinados requisitos poderem, antes da vistoria, começar a funcionar de forma experimental e limitada com, por exemplo, 70% dos lugares e espaços. Há condições para isto?



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

2. Quanto ao requerimento de mão-de-obra não residente, há que melhorar os procedimentos e regimes, podendo tomar-se como referência o conceito de “licença prévia de obra” para, antes da emissão da licença oficial, a DSAL, com base numa “licença prévia de funcionamento experimental”, poder iniciar alguns procedimentos, tais como a apreciação prévia das informações, que incluem os postos e número autorizados, etc., e os cartões azuis poderem ser tratados depois de emitida a licença oficial, assim, as empresas poderiam contratar, de antemão e com precisão, os trabalhadores adequados, e organizar, de forma antecipada, a estrutura operacional, etc. Há condições para fazer isto? Se for possível acelerar os procedimentos e poupar custos, será possível, de certeza, assegurar uma melhor relação preço/qualidade dos produtos e serviços para os cidadãos. Os serviços públicos têm condições ou planos para melhorar tudo isto ao detalhe?

6 de Novembro de 2024

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Wang Sai Man